



Valor Econômico - 28 Jul 2004

Mais tranquilos, os investidores querem segurança regulatória

Às vésperas da divulgação dos decretos que vão regulamentar o novo modelo do setor elétrico, os investidores privados pedem clareza em alguns pontos considerados fundamentais para a estabilidade e a segurança dos investimentos. O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, ressaltou a importância, para o sucesso da nova legislação, que ela consiga reduzir a percepção de risco dos investidores, diminuir a carga tributária e definir com clareza, no novo modelo, o papel das empresas estatais e das empresas privadas. Outro ponto importante salientado por Sales para obtenção dos resultados esperados depende do papel que será desempenhado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Uma agência reguladora neutra e independente é fundamental", frisou Sales. Em palestra acompanhada atentamente pelo secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, Sales lembrou que o Brasil conseguiu atrair R\$ 135 bilhões em investimentos no setor nos últimos nove anos, mas ainda se prevê que serão necessários entre R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões de investimentos anuais nos próximos anos para atender a demanda de energia do país.

Na palestra, Sales mostrou entrevista à TV Bloomberg, em dezembro do ano passado, do chefe do grupo de energia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a América Latina, Roberto Velutini, em que ele afirma "não achar muito correto assumir que, de repente, virão novos investidores que nunca estiveram no Brasil para fazer as geradoras novas". Velutini complementa a frase dizendo que vê esse risco porque "na prática, é assim que funciona: quem está é quem investe".

O presidente da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), Luiz Carlos Guimarães, ressaltou que "muita coisa melhorou" desde o início das discussões do modelo, notadamente a que permite ao consumidor livre desfazer os contratos a qualquer momento, sem ônus para as distribuidoras, que antes teriam que continuar contratando essa energia das geradoras. Outro "enorme avanço", segundo a Abradee, foi a sintonia entre as datas de compra nos leilões de energia com as datas de reajustes das tarifas previstos nos contratos de concessão. Entretanto, ele frisou que só com a leitura do decreto principal da regulamentação será possível fazer uma avaliação precisa.

-